



SEÇÃO LIVRE

Moral sexual e pactos de silêncio numa ilha de Cabo Verde: o mistério de uma campa fora de muros

Sexual morality and silence pacts on an island in Cape Verde: the mystery of a grave outside the walls

Moral sexual y pactos de silencio en una isla de Cabo Verde: el misterio de una tumba extramuros

Maria de Lurdes Caldas¹
orcid.org/0000-0001-6404-1635
mariacaldas@fcsb.unl.pt

Recebido em: 30 ago. 2024.

Aprovado em: 22 fev. 2025.

Publicado em: 24 jul. 2025.

Resumo: Quem desce pela vertente sul da pequena cidade de S. Filipe, na Ilha do Fogo, em Cabo Verde, é absorvido pela forte impressão de solidão que transmite a campa funerária de uma mulher enterrada fora dos muros do cemitério. Com base em documentação de arquivo, no levantamento das lápides tumulares e em entrevistas aos habitantes mais velhos da cidade, procurou-se averiguar por que razão teria aquela mulher sido sepultada no exterior do cemitério. A análise dos dados reunidos levantou algumas questões e reflexões, que se partilham neste artigo. Os descendentes das famílias que constituíam a antiga elite sociopolítica da cidade, à qual esta mulher pertencia, apresentam predominantemente a sobrelotação do cemitério para explicar a localização da campa da sua antepassada. Já os informantes exteriores a estas famílias estabelecem um nexo causal entre o adultério alegadamente perpetrado pela mulher e a localização da campa. As razões que teriam conduzido ao sepultamento de uma mulher da elite insular no exterior do recinto destinado aos mortos suscitam considerações em torno da moral sexual feminina e da estratificação sócio-racial do passado recente da Ilha do Fogo.

Palavras-chave: campa fora do cemitério; elite branca; moral sexual; relações sócio-raciais; Ilha do Fogo.

Abstract: Anyone walking down the southern hillside of the small town of São Filipe, on the Island of Fogo, in Cape Verde, is easily captivated by the strong sense of loneliness conveyed by the grave of a woman buried outside the walls of its cemetery. This article attempts to discover why this woman was buried outside the cemetery, using archival documentation, a survey of the tombstones in the cemetery and interviews with the oldest inhabitants of the town. Analysis of the data gathered raises certain questions and reflections, which are also shared here. The descendants of the families that made up the old socio-political elite of the city, to which this woman belonged, justified the location of the grave of their ancestor as mainly due to overcrowding in the cemetery. Informants from outside these families reported that the location of the grave resulted from the adultery allegedly perpetrated by the woman. The reasons that would have led the burial of a woman from the island's elite outside the space normally reserved for the dead raises considerations relating to female sexual morality and the socio-racial stratification of the Island of Fogo in the recent past.

Keywords: Grave Outside the Cemetery; White Elite; Sexual Morality; Socio-Racial Relations; Island of Fogo.

Resumen: Cualquiera que camine por la ladera sur de la pequeña ciudad de S. Filipe, en la Isla del Fogo, en Cabo Verde, queda absorto por la fuerte impresión de soledad que transmite la tumba funeraria de una mujer enterrada fuera de los muros del cementerio. A partir de documentación de archivo, un estudio de las



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa, Portugal.

lápidas y entrevistas con los habitantes más antiguos del pueblo, intentamos averiguar por qué la mujer fue enterrada fuera del cementerio. El análisis de los datos recogidos suscitó algunas preguntas y reflexiones, que se comparten en este artículo. Los descendientes de las familias que formaban la antigua élite sociopolítica de la ciudad, a la que pertenecía esta mujer, adujeron predominantemente el hacinamiento del cementerio para explicar la ubicación de la tumba de sus antepasados. Los informantes ajenos a estas familias, en cambio, establecen un vínculo causal entre el adulterio supuestamente perpetrado por la mujer y la ubicación de la tumba. Las razones que llevaron a enterrar a una mujer de la élite de la isla fuera del recinto para los muertos plantean consideraciones sobre la moral sexual femenina y la estratificación socio-racial en el pasado reciente de Fogo.

Palabras clave: adulterio; tumba fuera del cementerio; élite blanca; moral sexual; relaciones socioraciales; Isla del Fogo.

Introdução

Para além do vulcão e da arquitectura colonial, o que mais impressiona quando se visita a Ilha do Fogo e a cidade de S. Filipe é o velho Cemitério de Baixo, onde os materiais relativamente duráveis ainda permitem identificar cerca de oitenta sepulturas. No exterior deste cemitério, a apenas alguns metros do muro que, a norte, cerca o recinto destinado aos mortos, um jazigo isolado impõe-se sobre a paisagem. No referido jazigo, a inscrição revela apenas o nome da sepultada, as datas do seu nascimento e morte e o nome da filha que o mandou erigir. Nada mais. O assento de óbito, se bem que contenha mais algumas informações, também não esclarece acerca da razão da localização desta campa. Indica a filiação e o estado civil da sepultada, o nome do marido, a idade do falecimento. Diz ainda que morreu de morte natural, sem receber os últimos sacramentos e sem deixar testamento, e que foi enterrada no cemitério da freguesia (ANCV, 1893, cx. 7, pç. 47, fls. 24-24v).

A imensa solidão daquele túmulo suscita algumas interrogações. Por que razão teria uma mulher das famílias de topo da elite insular sido sepultada fora do cemitério? Por que motivo o teria sido num ponto tão distante daquele onde foram inumados os parentes em linha directa, colateral e por afinidade, quando se sabe que a proximidade familiar era o critério mais observado na distribuição espacial das sepulturas no interior

do cemitério? O que explica que tenha sido enterrada em campa rasa, contrariamente aos seus familiares, e que só muitos anos depois se tenha mandado erigir um jazigo com um marco de pedra para albergar o caixão? Não é fácil responder a estas questões. Por um lado, os acontecimentos que terão ocasionado o enterramento fora do cemitério desenrolaram-se há quase século e meio; por outro lado, eles pertencem ao domínio do pouco falado e do ainda menos escrito.

O estudo deste caso singular desperta interesse por si só, mas igualmente pelas reflexões que suscita em torno da intersecção entre raça e género, quer no quadro da moral sexual da época quer no das suas representações posteriores. À semelhança de outras sociedades nascidas de sistemas de plantação escravocrata, no Fogo finissecular, a raça instituiu-se como o grande princípio hierarquizador. Não a raça enquanto mero conjunto de características fenotípicas – que também constituía, *per se*, um importante critério definidor das posições sociais –, mas como fenómeno compósito, envolvendo igualmente as dimensões classe, linhagem e cultura (Caldas, 2024). Era a sobreposição de todos estes elementos diferenciadores e inextricáveis que fazia da raça uma estrutura hierarquizada de poder (Bashi, 1998, p. 961). Pretende-se neste estudo identificar possíveis explicações para a localização fora do espaço consagrado da campa de uma mulher da oligarquia de S. Filipe, e, simultaneamente, aferir se – e em que medida – as representações que perduram das causas dessa localização contribuem para a compreensão das dinâmicas de género nos cruzamentos do casamento e do concubinato com a hierarquia racial na Ilha do Fogo.

Não se dispondo da vontade testamentária da morta nem de outros documentos escritos coetâneos que revelem a causa do sepultamento extramuros, procurou-se alternativamente outras fontes de informação. O levantamento das sepulturas com inscrições ainda legíveis, a pesquisa documental relativa aos dois cemitérios da cidade e à composição social da elite da Ilha do Fogo, e a entrevista a informantes qualifica-

dos constituíram os principais procedimentos metodológicos da pesquisa.

O Cemitério de Baixo

Não existem estudos conhecidos relativamente ao Cemitério de Baixo de S. Filipe. À excepção de duas curtas crónicas publicadas num jornal cabo-verdiano por uma descendente da família proprietária do terreno onde o cemitério foi implantado (Barbosa, 1999), tudo o que se encontra são peças jornalísticas ou de blogues menos orientadas pelo interesse científico do que pela mobilização ideológica. Ainda inédito, existe pelo menos um levantamento das campas do cemitério, tão intensivo quanto o permite a visibilidade das mesmas e a leitura das inscrições tumulares (Andrade, 2010). Este levantamento permite identificar datas e filiações, e reconstituir a gestão do espaço cemiterial pelos diferentes ramos familiares.

Um cemitério é mais do que «a three-dimensional version of a list of names and dates» (Chaddock, 2011, p. 21). Além do que informam das crenças e da vivência religiosa da população, «os cemitérios funcionam como espelhos das aldeias, vilas ou cidades que os produzem. O conhecimento de uma qualquer comunidade ficará sempre incompleto se não incluir o seu cemitério» (Coelho, 1991, p. 8). Em comunidades estruturadas em torno da diferenciação racial, como o era a da Ilha do Fogo, a arquitectura e a organização do espaço da cidade dos mortos fornecem igualmente importantes elementos para o conhecimento das formas da convivência e das assimetrias sócio-raciais, à semelhança do que acontece com o traçado arquitectónico e urbanístico da cidade dos vivos. Agora que se assiste a um renovado interesse pelas fontes documentais que testemunham a vida privada, familiar e local, impõe-se a constituição de um fundo documental iconográfico e escrito dos cemitérios.

À semelhança de tantos outros, o Cemitério de Baixo de S. Filipe conta História e histórias, como a da campa extramuros de Leonarda Júlia Gomes Barbosa. De maneira a aumentar a sua

riqueza heurística, cruzou-se a iconografia do cemitério com documentação de diferente tipologia, sobretudo escrita. A consulta das actas das sessões da Câmara Municipal da Ilha do Fogo e a correspondência oficial entre as diferentes autoridades administrativas permitiu reconstituir parcialmente não só a história do Cemitério de Baixo, como também a traçar o perfil social, económico e racial dos que compunham a elite local, à qual Leonarda Júlia pertencia.

Quanto à informação relativa ao Cemitério de Baixo que se encontra nos arquivos institucionais, ela é escassa e encontra-se na correspondência oficial trocada entre as autoridades municipais de S. Filipe e o Governo da Colónia. Esta informação está centrada na falta de espaço e condições do cemitério para continuar a albergar os mortos da vila. O Cemitério de Baixo, assim mencionado para o distinguir do Cemitério de Cima, construído posteriormente nas proximidades, mas em cota mais elevada, foi o primeiro cemitério da vila. Desconhece-se o momento preciso a partir do qual se começaram a fazer inumações no local posteriormente murado e consagrado. O que se sabe é que o terreno onde foi implantado – na margem sul da Ribeira de S. João, na vila de S. Filipe – foi concedido em aforamento perpétuo, em 1830, a Francisco José do Sacramento Monteiro, para ali construir «huma propriedade e cazas para si esua familia» (ANCV; SGG, 1830, fls. 30v.-32). Sabe-se igualmente que em 1836 já ali existia um cemitério, como se verá. Além da casa, teria Francisco José do Sacramento Monteiro criado ali também um espaço para sepultar os seus mortos? Ou aquele espaço já seria usado antes para enterrar os mortos da freguesia? Não sendo provável, pois dificilmente lhe teria sido aforado um terreno onde já existisse um cemitério público (e é improvável que Francisco do Sacramento Monteiro tivesse requerido para se fixar com a sua família um terreno repleto de mortos), só um levantamento arqueológico no local poderá indicar uma data aproximada de quando aquele espaço passou a ser usado como necrópole.

A tratar-se de um cemitério privado dos Sacramento Monteiro, por que razão se encontram

ali, aparentemente, tão poucos túmulos desta família? E por que razão a família construiria ali um cemitério, quando os seus membros eram geralmente sepultados noutra freguesia da ilha, o de S. Lourenço, em cuja freguesia se situava a sede do seu morgadio? Pode-se talvez explorar duas hipóteses confluentes. Uma prende-se com o facto de a família ter passado a residir no local, onde construiu uma casa. A família teria querido assegurar que na metade do ano (aquele em que a gestão dos trabalhos agrícolas não exigia a sua presença em S. Lourenço) em que permanecia na sua residência "citadina" tinha um lugar condigno onde sepultar os seus membros que, entretanto, morressem. Daí a proximidade entre a casa e o cemitério. Foi ali que se foi enterrando não só alguns Sacramento Monteiro, mas a maior parte dos mortos da elite da ilha, composta pelos Sacramento Monteiro e pelos outros ramos familiares com os quais os Sacramento Monteiro se foram matrimoniando, entre os quais, os Gomes Barbosa, ramo ao qual a sepultada fora de muros pertencia. A outra hipótese diz respeito às práticas locais de transmissão dos apelidos. As mulheres herdavam muito menos frequentemente o duplo apelido paterno, além de, quando casadas, passarem a ser nomeadas pelo apelido dos maridos. Foi o que também se verificou com Leonarda Júlia, em cujo registo tumular consta somente um dos apelidos da família de origem (Barbosa, em vez de Gomes Barbosa, que a descendência masculina herdava) e o último apelido do marido (Monteiro). Ou seja, encontram-se muitos mais pessoas da família sepultadas no Cemitério de Baixo do que a escassez do duplo apelido Sacramento Monteiro induziria a pensar.

Tudo indica que o terreno onde os Sacramento Monteiro erigiram a casa e onde foi implantado o cemitério foi o núcleo inicial do povoado. É o que sugere a designação de «Villa Velha» na documentação, e o facto de ser ali que se encontravam as mais antigas igrejas da vila: a de S. Filipe, igreja matriz, do último quartel do século xv, e a de S. João Baptista. Como havia

séculos se fazia na Cristandade, foi no interior e na envolvência destes dois templos que os sepultamentos se foram fazendo. Ainda na primeira metade do século xix, contudo, os enterramentos no interior e na envolvência das igrejas foram sendo crescentemente condenados por considerações essencialmente higienistas. A decomposição dos corpos e as emanações que libertava (os *miasmas*) inquinavam o ar que se respirava e por vezes as nascentes de água em redor. A vitória do liberalismo em Portugal criou um ambiente favorável à recepção destas ideias e à secularização da morte (Catroga, 1991). Por razões de saúde pública, em 21 de setembro de 1835, decretou-se a proibição dos sepultamentos nas igrejas e a obrigatoriedade de os mesmos se fazerem em espaços destinados a esse fim, os cemitérios, cuja construção em cada concelho foi regulamentada em outubro do mesmo ano. Logo surgiu grande resistência popular a estas determinações sanitárias².

No sentido de dar cumprimento ao decreto, em agosto de 1836, o governador civil e militar determinou que a Câmara Municipal do Fogo indicasse um lugar para se edificar um cemitério amurado nos subúrbios da capital do concelho. Na sua resposta, a Câmara afirmou haver já um cemitério no subúrbio da vila, contíguo à capela de S. João, ou seja, o Cemitério de Baixo (ANCV; SGG, 1893, cx. 78). Apesar de o não indicar explicitamente, tratar-se-ia de um cemitério público e não familiar, ou não se sugeriria que continuasse a servir de necrópole da freguesia. Apesar de só a partir de 14 de setembro de 1849, por determinação do bispo de Cabo Verde, se ter consagrado nos assentos paroquiais de óbito a menção ao carácter público do cemitério de S. Filipe, já desde o decénio anterior que era o cemitério público da freguesia. É, pois, possível e até provável que o Cemitério de Baixo, ainda que possa ter nascido como cemitério de uma família e, eventualmente, dos seus servidores, se tenha rapidamente convertido em cemitério público. Sabe-se que o terreno foi concedido por

² Intensificada no decénio seguinte com a legislação sobre os enterros aprovada em 1845, que fomentará a revolta conhecida como de *Maria da Fonte*.

aforamento a Francisco do Sacramento Monteiro em 1830, e que, pelo menos em agosto de 1836, já era cemitério público. Se foi cemitério privativo da família proprietária do terreno onde foi erguido, tê-lo-á sido, pois, por muito pouco tempo.

Seis anos depois, aquando da epidemia de *Cholera morbus* que assolou a ilha, a proliferação de cadáveres e a ausência das autoridades – estas haviam fugido para o interior ou para fora da ilha (Leão, 1867) – levaram a que se voltassem a fazer sepultamentos à entrada e no adro das igrejas e ainda no terreno onde mais tarde se erigiria o novo cemitério, no sítio de Achada Forca. Depois da epidemia, continuaram a sepultar-se cadáveres em campo aberto, uma vez que a limitada capacidade do Cemitério de Baixo a isso obrigava, sobretudo em épocas de maior mortalidade, como as que se seguiam aos anos de más colheitas e durante as epidemias que grassaram na ilha. A Câmara Municipal da ilha, a quem, desde a legislação de 1845, cabia gerir o cemitério, oscilou a partir de então entre a intenção de estender os muros da necrópole da vila, alargando a sua capacidade de receber mortos, e a construção de um novo cemitério na Achada Forca, onde, como se disse, desde a epidemia de cólera de 1855 se vinham inumando cadáveres. A preocupação crescente com a saúde pública a que se assistiu no século XIX sensibilizava as autoridades locais para a inadequação da localização do cemitério: encontrava-se muito próximo de S. Filipe e estava implantado numa cota demasiado baixa, num plano inferior à vila, para onde o vento sul arrastava todas as emanações, uma vez que nenhuma montanha ou bosque o separava do povoado (Costa, 1872, p. 270-271).

Apesar de as autoridades municipais estarem cientes destes aspectos e também da necessidade de ampliar o cemitério ou de construir um outro, para evitar que as inumações continuassem a efectuar-se em campo aberto pelas achadas³, a iniciativa foi sendo adiada, ou por falta de verba ou por desacordo quanto à melhor solução a implementar: ampliar o cemitério ou construir um

novo? Em abril de 1862, o Conselho de Distrito negou autorização à Câmara Municipal do Fogo para lançar uma contribuição extraordinária, com vista à construção de um novo cemitério (Conselho [...], 1862, p. 80). A situação continuou por resolver e prosseguiram os sepultamentos em campo aberto, pois, para além das reduzidas dimensões do cemitério existente – em 1872, media 24,43 metros de comprimento e 9,39 metros de largura (Costa, 1872, p. 270-271) –, ele mantinha-se interdito desde a debelação da epidemia de *Cholera morbus*. Alguns anos depois, em 1878 e 1879, os enterros continuavam a ser feitos em campo aberto, porque o cemitério, cuja ampliação se adiava, estava repleto (Arquivo [...], 1880, cx. 114). No seu relatório anual referente a 1880, o chefe do serviço de saúde da província lamentava a ausência de um muro que delimitasse o espaço onde se depositavam as sepulturas, que ficavam, assim, expostas à predação dos animais (Oliveira, 1883, p. 125).

Nos primeiros anos de 1890, a decisão parecia pender para a expansão do cemitério existente. A Câmara Municipal estava decidida a avançar com a obra, consignando mesmo no seu orçamento verba para a empreender no ano económico de 1892-1893 e afixando editais para a arrematação da empreitada. Leonarda Júlia morreu entretanto, em 7 de março de 1893, e, poucos dias depois, a 18 de março, a Câmara repensou a sua estratégia cemiterial, optando pela «construcção d'um muro do novo cemiterio no sitio de Achada Forca», em conformidade com as indicações do delegado de saúde (ANCV; SGG, 1893, cx. 141, pç. 8). Iria, pois, murar-se o espaço onde havia pelo menos meio século também se inumavam os mortos da vila, ou seja, no Cemitério de Cima, em Achada Forca. Foi então abandonado o projecto inicial de ampliação do cemitério.

³ Superfícies planas no cimo de pontos elevados.

A hipótese do suicídio ou do acto de penitência

A coincidência entre a data da morte de Leonarda Júlia e o empenho camarário em finalmente pôr cobro à exiguidade do cemitério, ampliando-o (tenha-se presente que só a 18 de março de 1893, já depois, portanto, da morte de Leonarda, a Câmara abandonou este projecto e decidiu construir um novo cemitério), parece corroborar o que alguns parentes de Leonarda afirmam conservar da memória familiar: que quando Leonarda morreu, não havia lugar para a sua inumação no cemitério e que a família (que dominava o aparelho institucional da ilha) pretendia estender os muros da necrópole. Mas, a ter sido a falta de espaço e a intenção de estender os muros do cemitério a explicação, como se justifica que tenham prosseguido as inumações no interior do Cemitério de Baixo? Durante os períodos de grande mortandade, como os subsequentes às crises famíneas ou epidémicas, esgotava-se rapidamente o espaço do cemitério. Era então frequente sepultarem-se os mortos no exterior do recinto do cemitério público, a norte, por falta de espaço no interior. Isso aconteceu em 1855, altura em que muitos cadáveres foram sepultados no espaço onde se implantaria muito tempo depois o segundo cemitério de S. Filipe, como se disse. Apesar de na Ilha do Fogo não ter havido fome ou epidemia por estes anos, nem em 1893 nem nos anos anteriores (Barcelos, 1904)⁴, o Cemitério de Baixo encontrava-se lotado quando Leonarda morreu. Apenas 11 dias depois da sua morte, numa sessão da Câmara Municipal, um dos vereadores afirmou que o «local onde se estavam fazendo os enterramentos já não comportava mais cadáveres», o que levou a edilidade a deliberar murar o cemitério de Achada Forca, como também se disse (ANCV; SGG, 1893, cx. 141, pç. 8). Contudo, o facto de não terem cessado os enterramentos no interior do cemitério leva a suspeitar que, para além da falta de espaço, pode ter havido outra

ou outras razões para inumar Leonarda fora de muros ou pelo menos para lá se ter conservado a sua campa.

Apesar de no assento de óbito se mencionar que morreu «de morte natural», a hipótese de o suicídio ter sido a causa do enterro no exterior do recinto do cemitério foi a primeira a surgir, por diferentes razões: (1) a elevada taxa de suicídios que a Ilha do Fogo então registava; (2) o facto de constar no registo de óbito a menção «não tendo recebido os sacramentos da Santa Madre Igreja» (ANCV, 1893, cx. 7, pç. 47, fls. 24-24v); (3) e a prática – mais ou menos observada, consoante as épocas, os lugares e os sacerdotes – de recusar um funeral católico comum ou o enterro no interior do espaço consagrado aos que não morriam de causa natural nem tinham sido assassinados, ou seja, aos suicidas. O facto de os suicídios conhecidos na ilha terem sido perpetrados por homens e não por mulheres tirou peso à primeira razão. O segundo argumento em abono da tese do suicídio também caiu por terra ao avançar-se na consulta dos livros de registo de óbitos, já que a referida menção à ausência de sacramentos consta da maior parte dos assentos, sugerindo apenas que a morte ocorreu mais ou menos imprevisivelmente, sem que tivesse havido tempo (ou vontade) de recorrer aos serviços do sacerdote local. A última razão também perdeu rapidamente pertinência, na medida em que, embora condenado pela Igreja, o suicídio não constituiu causa de enterro extramuros nos cemitérios da vila. Não havia sequer alas separadas do cemitério destinadas a suicidas. Outras pessoas se suicidaram, incluindo familiares muito próximos de Leonarda e do marido, sem que se lhes tenha recusado sepultura no interior dos cemitérios da ilha.

Outra hipótese aventada foi a de o enterro ter sido feito fora do local a isso destinado, a pedido da própria Leonarda, como acto de expiação ou atitude de penitência. A ausência do habitual jazigo entre as famílias da oligarquia da ilha, até

⁴ Embora o número de mortes tenha sido superior ao da primeira metade do decénio de 80. Oficialmente, 1887-1888 fora um biénio de grandes febres palustres na ilha, tal como o de 1888-1889. Contudo, o número de mortos ocorrido não se aproximava com o dos anos de surtos epidémicos ou de crises de subsistência.

O considerável aumento da população da ilha no quinquénio 1890-1895 (de 16843 para 20009, o que representa um crescimento de 15,82 por cento) desmente a ocorrência de qualquer surto epidémico grave ou crise famínea.

a filha Amélia o mandar erigir, acrescenta peso à hipótese de um pedido pio: ser modestamente enterrada em campa rasa, no exterior do recinto consagrado. O facto de não se assinalarem outros casos e ainda a circunstância de a memória familiar não registar igualmente extremos de religiosidade por parte de Leonarda, embora não a invalidando, retira força à hipótese. Aliás, muitos dos seus filhos foram baptizados vários anos depois do seu nascimento, o que parece igualmente desmentir não apenas uma eventual acentuada religiosidade de Leonarda, como até a observância dos preceitos mais elementares da Igreja Católica, que recomenda que as crianças sejam baptizadas logo nas primeiras semanas após o nascimento. Poderia, naturalmente, ter-se tratado de um acesso vetusto de extremo de fé; contudo, mais uma vez, nada aponta para que tivesse existido. As fontes documentais não conservam memória de obras pias nem sequer de caridade particular por parte desta mulher.

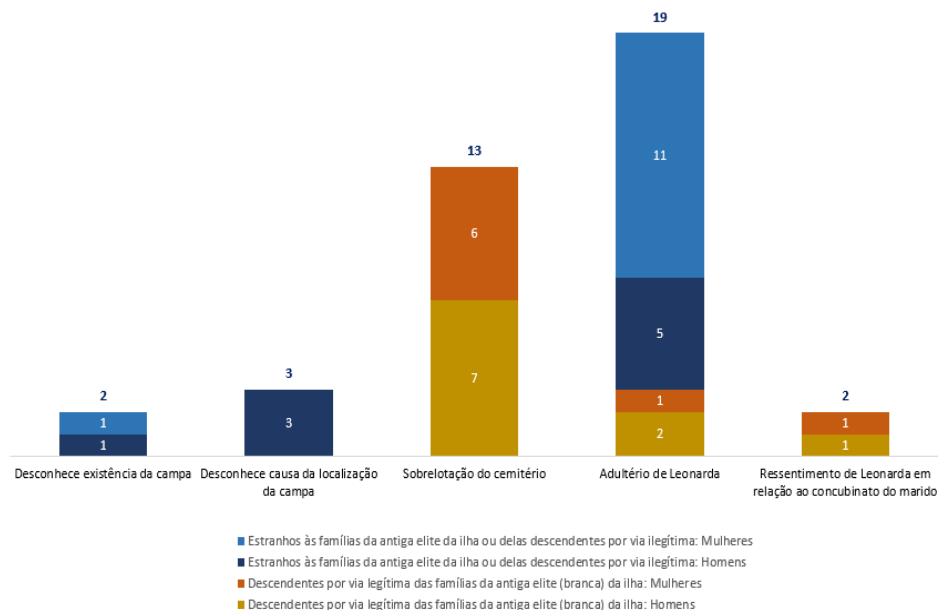
Perante o afastamento das hipóteses de suicídio e de penitência como causa para o enterramento extramuros, passou-se à etapa seguinte da investigação, as entrevistas a informantes qualificados. Esta técnica revela-se especialmente profícua para a reconstituição de factos passados, numa abordagem que se pretende compreensiva (Kaufman, 1996; Kvale, 1996) e acerca de acontecimentos que raramente foram registados por escrito. Uma vez que já não existem contemporâneos de Leonarda e da sua morte e enterramento, procurou-se captar aquilo que, em família, tem sido transmitido acerca das causas da localização da campa. Os três principais critérios de selecção dos entrevistados foram o etário, o geográfico e o sócio-racial. Quanto ao primeiro, impôs-se como limite etário mínimo os 70 anos, privilegiando os mais idosos. A longevidade de parte considerável da população insular permitiu reunir quase duas dezenas de informantes (39: 23 mulheres e 16 homens), com idades compre-

endidas entre os 70 e os 104 anos, e uma média etária de 77,3 anos. Relativamente ao segundo critério, limitou-se o universo dos inquiríveis aos originários da ilha, descendentes de ilhéus por parte de pelo menos um progenitor, que tivessem residido pelo menos durante um período de tempo alargado na vila (depois cidade) de São Filipe. No que diz respeito ao terceiro critério, o sócio-racial, dividiu-se quase equitativamente os informantes entre descendentes das famílias aparentadas de Leonarda, que constituíam a elite sociopolítica de S. Filipe, ou seja, os brancos da ilha (18), e elementos exteriores a esse grupo de famílias, isto é, os não-brancos (21).

Neste estudo, os conceitos de *branco* e *não-branco* têm um conteúdo somático, mas igualmente social, cultural e político. Na Ilha do Fogo, os brancos eram os indivíduos leucodérmicos, de ascendência predominantemente europeia e que reivindicavam uma continuidade cultural com a Europa. Eram, desde os primórdios do povoamento do arquipélago, os detentores dos principais recursos económicos e do domínio político-institucional da ilha. De modo a conservar-se no topo da hierarquia de todos os recursos, praticavam uma restrita homogamia familiar. Tratava-se de um grupo expressivamente minoritário, constituindo, de acordo com o censo de 1900, apenas 1,17 por cento do total da população da ilha (Ministério [...], 1905, p. 4-5, 15). Os não-brancos eram todos os indivíduos não abrangidos pela categoria brancos, ou seja, a esmagadora maioria da população.

As entrevistas decorreram entre 2008 e 2009, em S. Filipe (Ilha do Fogo), onde a maior parte dos inquiridos não-brancos reside, na Praia (capital de Cabo Verde) e em Lisboa, onde mora a maioria dos descendentes da antiga elite insular. A distribuição das respostas segundo o sexo e a pertença ou não às antigas famílias brancas da ilha, apresenta-se conforme a Figura 1:

Figura 1 – Razões apresentadas para a localização da campa segundo o sexo e a pertença familiar dos entrevistados



Fonte: autor (2024).

Inquiridos acerca da causa do enterramento de uma mulher no exterior do Cemitério de Baixo, só dois informantes (um homem e uma mulher) revelaram não saber da sua existência. Os restantes 37 informantes manifestaram ter conhecimento da presença da campa, e só três homens (nenhum descendente das antigas famílias da elite branca da ilha) afirmaram desconhecer a causa do enterramento fora de muros. Os restantes 34 inquiridos apresentaram três diferentes explicações: 1) falta de espaço no cemitério (13), adultério de Leonarda (19) e ressentimento de Leonarda face ao concubinato do marido (2).

A tese da suspensão dos enterramentos no Cemitério, por sobrelotação ou outras razões

A explicação mais partilhada entre os entrevistados descendentes destas famílias (61,9 por cento) é a que inscreve a localização extramuros da campa num plano de ampliação do cemitério. Para Gilda Barbosa, uma das entrevistadas e

autora do que se julga ser o único texto acerca desta campa, a inclusão da habitual menção «foi sepultada no cemiterio d'esta freguesia» no registo de óbito de Leonarda, não o tendo ela sido, corrobora a tese da intenção de alargamento do cemitério no sentido Leste, de maneira a absorver a campa (Barbosa, 1999, p. 3). Porém, nem sempre o que se registava nos assentos de óbito tinha ou pretendia ter suporte factual, como o demonstra a omissão frequente da causa da morte nos registos de óbito de suicidas. Se bem que desconheça o motivo por que não chegou a concretizar-se a ampliação do cemitério desejado pela família, Gilda Barbosa afirma suspeitar que isso se tenha devido a uma relutância camarária. O ambiente de tensão entre as duas principais facções político-familiares da vila, que disputavam o poder local e secularmente se digladiavam, como tantas vezes acontece nos meios pequenos, parece dar crédito a esta interpretação dos factos.

Outra informante apresentou um cambiante desta explicação: Leonarda teria sido enterrada fora dos muros do cemitério, devido à tradição de se fazerem inumações no Cemitério de Baixo numa parte do ano, e, na outra parte, no espaço

onde depois se construiu o novo cemitério. De acordo com esta informante, quando Leonarda morreu, estava-se na altura dos enterros no espaço do novo cemitério. Ora, como a família pretendia sepultá-la no Cemitério de Baixo e a porta deste se encontrava fechada naquela metade do ano, foi sepultada no exterior. Pode, contudo, questionar-se se, havendo mesmo a intenção de inumar Leonarda dentro de muros, não existiria um pequeno espaço onde sepulta-la no interior do cemitério, uma vez que nenhuma crise alimentícia recente sobrepovoara com cadáveres de famintos o cemitério⁵. É uma questão a que é difícil dar resposta sem prévias escavações arqueológicas no local. Um outro factor vem reforçar esta dúvida. O cemitério, cercado por um muro de forma grosseiramente rectangular, alargase repentinamente no extremo Leste do alçado Sul, cerca de um metro e quarenta centímetros (no sentido Norte/Sul), formando um ângulo quase recto. É na extremidade direita deste prolongamento de cerca de quatro metros no sentido Leste/Oeste que está instalado um dos maiores monumentos funerários do cemitério, o de um casal aparentado com Leonarda. Contrariamente à orientação para Oeste das outras sepulturas, em linhas paralelas ao mar, este jazigo está orientado para Norte. O muro foi aberto e deslocado para Sul expressamente para o albergar.

Este desvio do muro do cemitério levanta a seguinte questão: se a capacidade de enterros do cemitério estava ultrapassada em 1893, na altura do óbito de Leonarda, por que não se fez um pequeno desvio, semelhante àquele que alguns anos depois se faria para implantar este jazigo? A grande proximidade familiar entre a finada e os detentores dos principais órgãos do poder concelhio poderá deitar por terra a tese da falta de autorização (sugerida por alguns informantes) para alargamento das paredes do cemitério. Leonarda era: (1) nora do antigo proprietário do terreno onde se implantou o cemitério (Francisco José do Sacramento Monteiro); (2) filha, sobrinha e prima dos três homens que,

na segunda metade do século XIX, praticamente monopolizaram a administração do concelho da ilha (João Gomes Barbosa, José Joaquim Vieira de Vasconcelos e João Baptista Vieira de Vasconcelos); (3) irmã de um dos presidentes da Câmara Municipal (Manuel Gomes Barbosa); (4) tia de dois futuros secretários da mesma Câmara (João e César Ludgero Gomes Barbosa). Para além de ser parente muito próxima das principais autoridades da ilha, Leonarda era-o também de algumas das principais autoridades da colónia: (1) prima-direita do presidente da Câmara Municipal da capital (Henrique Vieira de Vasconcelos); (2) prima-direita do tesoureiro-geral da província (Leão Vieira de Vasconcelos); (3) irmã e prima-direita de dois chefes do serviço de saúde (Dinis Gomes Barbosa e César Gomes Barbosa); (4) tia por afinidade do subdelegado do procurador régio na Ilha do Fogo (José do Sacramento Monteiro) e do chefe da delegação da alfândega na Ilha do Fogo (Francisco do Sacramento Monteiro, neto do homónimo supra citado).

Era, pois, parente muito próxima dos homens que, desde os séculos anteriores e até aos anos 30 do século XX, em que se verificou a funcionalização dos cargos municipais, detiveram na Ilha do Fogo um poder quase discricionário, por acumularem todos os principais órgãos do poder. Se tivesse havido a intenção de ampliar o cemitério ou mesmo de deslocar apenas escassos metros algumas das pedras que constituem o muro, de forma a que a sepultura de Leonarda ficasse no interior do espaço murado/consagrado, não seriam, provavelmente, obstáculos administrativos que obstarium à sua concretização. Impedimentos económicos, também não, dada a exiguidade e rudimentaridade das obras requeridas e a situação material, ainda muito desafogada, da família (no ano da morte de Leonarda, o marido, Tadeu, além de proprietário fundiário, constava da lista dos principais comerciantes da ilha).

Se tivesse sido a sobrelotação do espaço a determinar a implantação da sepultura de Leonarda no exterior do cemitério, por que não se

⁵ Se bem que nos princípios do decénio de 90 não se tenha registado nenhuma grande crise fámica, em meados do decénio anterior, o Fogo sofrera uma especialmente grave (Ribeiro, 1960, p. 203).

teria avançado o muro que cerca este, de forma a albergar a nova área de expansão, como se fez noutras alturas? Ou por que não se teria trasladado posteriormente o corpo para o interior do cemitério, reutilizando covas antigas, quando tantas inumações ali prosseguiram pelos decênios seguintes? E se em março de 1893 o Cemitério de Baixo estava lotado, por que razão Leonarda não foi sepultada no de S. Lourenço, onde jaziam muitos familiares do marido, sendo que era habitual a proximidade entre as sepulturas de elementos da mesma família, mormente de cônjuges? Conjectura-se que o que afastara o casal em vida fora suficientemente relevante para os manter definitivamente apartados depois da morte.

A raça e o género, objectos de uma moral sexual diferencial

Alguns dados colectados nos últimos anos no Arquivo Nacional de Cabo Verde suscitam algumas reflexões. O marido de Leonarda surge-nos, no último quartel do século XIX, como importante negociante dos Mosteiros, região a norte da Ilha do Fogo. Fixou ali residência depois de deixar a casa que partilhava com Leonarda e os filhos comuns, na vila de S. Filipe. Sabe-se que nos Mosteiros viveu em concubinato com pelo menos uma mulher, da qual teve descendência. São estes os poucos dados factuais de que se dispõe. Ao abandonar a mulher legítima e a residência comum, Tadeu desviou-se dos códigos morais do seu grupo social, muito permissivos para com as relações sexuais extramatrimoniais dos homens, mas desde que estas não vulnerabilizassem o casamento enquanto instituição de preservação do património fundiário, onomástico e racial do segmento branco da Vila (Caldas, 2024). Para se compreender a importância e o alcance deste abandono da casa da família por parte de Tadeu, impõe-se uma rápida incursão pela sociogénese da ilha e pelo sistema de relações sócio-raciais que perdurava ainda no final do século XIX.

Achado deserto no terceiro quartel do século XV, o arquipélago de Cabo Verde foi povoado por dois contingentes populacionais de características étnicas, sociais e de estatuto muito díspares: europeus livres (sobretudo portugueses) e africanos maioritariamente escravos (sobretudo da costa da Guiné) (Cabral, 2015; Carreira, 1972, 1977; Santos, 2001; Silva, 2021). O estatuto jurídico, livre ou cativo, estabeleceu desde logo a diferença essencial e os laços de poder/dependência quase absolutos, não só entre os próprios como entre a respectiva descendência. Critérios como a raça e a classe, não actuando *per se*, reforçavam a dualidade: a população livre, europeia e cristã era branca e detinha os recursos materiais, móveis (escravos incluídos) e imóveis; a população escrava, africana e não-cristianizada era negra e desapossada. A desproporção entre a população de origem africana e a de origem europeia foi-se acentuando à medida que a economia do arquipélago entrou em declínio, a partir da segunda metade do século XVI. Depois de a Ribeira Grande (primeira cidade erigida pelos portugueses nos trópicos) perder a sua importância enquanto entreposto escravagista, o arquipélago não só deixou de atrair povoadores europeus, como muitos dos que ali tinham residido regressaram à Europa (Cabral, 2015). A relativa rarefacção de europeus, sobretudo de mulheres europeias, terá contribuído para uma prática intensiva da mestiçagem, a ponto de os mestiços terem rapidamente suplantado os europeus/brancos e os africanos/negros no cômputo da população cabo-verdiana⁶ e de o arquipélago se apresentar panmixo (Silveira, 2005, p. 33).

Contudo, a pressão horizontalizadora da mestiçagem, indiscutível no conjunto do arquipélago (Cabral, 2015; Carreira, 1977), apesar de também muito actuante no Fogo, não se fez sentir da mesma maneira, não obstante esta ser das ilhas com maior proporção de mestiços face à população total. Paralelamente à miscigenação por via de uniões ilegítimas, a população branca do Fogo

⁶ Há, contudo, autores que contestam uma correlação simples imediata entre a relativamente escassa população feminina de origem europeia e a mestiçagem em larga escala, uma vez que noutros contextos, como o Brasil, onde a quantidade de mulheres europeias era assinalável, a sua presença não obsteu à prática generalizada da mestiçagem (Bitterli, [1986], p. 50-52, 67-68; Silva, 2021, p. 367).

praticou até ao primeiro quartel do século xx uma rígida endogamia, mantendo uma acentuada divisão entre os descendentes de africanos e os descendentes de europeus.

A mera existência de mestiços, por si, já constituía a evidência da transponibilidade das duas matrizes biológicas que lhes tinham estado na origem (Caldas, 2022, p. 403) e a actualização da memória dos contextos profundamente assimétricos em que o contacto se dera (Laplantine; Nouss, 1997, p. 31). Trazê-los ao núcleo legítimo das famílias da oligarquia local ameaçaria corroer os fundamentos que sustentavam a localização diferencial dos dois grupos – brancos e não-brancos – na escala do poder. Se as formas da convivência sócio-racial eram frequentemente ambíguas, não o era o casamento. Apesar da inexistência de qualquer interdição legal entre brancos e não-brancos, interpunha-se uma muralha matrimonial, só transposta a partir do segundo quartel do século xx, e, ainda assim, muito ocasionalmente. Somente na segunda metade do século os casamentos inter-raciais se foram generalizando. Quando, noutras parcelas do Império Português, os casamentos mistos havia muito se tinham propagado, a Ilha do Fogo e, mais acentuadamente, o seu principal núcleo populacional, a vila de S. Filipe, permanecia um reduto de homogamia racial. E por que razão era o casamento tão importante?

Para além de um compromisso pessoal, o casamento assegurava ao grupo de famílias dominantes a reprodução de vários tipos de capital, desde logo, o fundiário. A pulverização da propriedade pelas partilhas entre muitos descendentes (as taxas de fertilidade feminina eram elevadas), era parcialmente contrariada pelo casamento de primos ou de tios e sobrinhos. O casamento era igualmente um instrumento de reprodução de capital político. Era entre a prole legítima, ou seja, branca, que se recrutavam os administradores do concelho, as vereações camarárias, os secretários da administração e da câmara, os juizes do julgado municipal, enfim, todo o alto funcionalismo local. O casamento preservava ainda o património fenotípico, e, nesta medida, era o

grande dispositivo de resistência à entropia racial (Eriksen, 1993). Desde os primórdios do povoamento, os homens, pela via ilegítima, tinham-se desdobrado em múltiplas relações – ocasionais ou duradouras – com mulheres não-brancas, comprometendo a herança caucásica da prole comum. Só o casamento (endogâmico) actuava no sentido de preservar o capital racial. O casamento era, pois, o principal canal de reprodução dos brancos e da sua permanência no topo de todas as hierarquias: social, económica, cultural, política e racial (Caldas, 2024).

Num meio tão pequeno e dadas as características demográficas das ilhas, o mercado matrimonial dos brancos era reduzido. Os poucos oficiais militares e civis em comissão de serviço, os exilados políticos que, de tempos a tempos, afluíam à ilha, e os comerciantes de origem europeia tendiam a ser rapidamente absorvidos pelas famílias, mas não satisfaziam a elevada procura matrimonial. O casamento fazia-se, pois, no interior da própria família – quase sempre entre primos, mas também entre cunhados e entre tios e sobrinhos. À semelhança dos outros jovens das famílias da elite local, Leonarda casou-se com um primo, Tadeu. O casamento foi celebrado em 1849 e, no ano seguinte, nasceu-lhes o primeiro de uma série de pelo menos dez filhos. O rol daqueles cujos registos estão identificados termina em 1866, com o nascimento da última filha. Desconhece-se quando Tadeu iniciou a sua relação amorosa adulterina com Henriqueta de Andrade, uma mulher da ilha 22 anos mais nova e exterior ao grupo de famílias da oligarquia local. Sabe-se somente que abandonou a residência da família em São Filipe, que passou a residir no norte da ilha e que teve descendência desta mulher.

Entre as famílias brancas que secularmente dominavam a ilha, as relações sexuais pré-conjugais e as relações adulterinas eram socialmente toleradas, desde que praticadas por homens e fora do grupo de famílias intermatrimoniáveis, ou seja, desde que mantidas com mulheres não-brancas. A Ilha do Fogo apresentava-se, como se disse, com uma das maiores percentagens de mestiços. Em 1900, a cinco anos da morte de

Tadeu, entre os 17620 habitantes contabilizados na ilha, 14268 (80,98 por cento) eram identificados pelos agentes censuários como mestiços, 3146 (17,85 por cento), como negros, e somente 206 (1,17 por cento), como brancos, estando estes concentrados em S. Filipe (191, ou seja, 92,7 por cento) (Ministério [...], 1905, p. 4-5, 15)⁷.

As relações sexuais com as escravas terão mesmo constituído um importante instrumento de fixação de colonos, sobretudo quando as condições do meio não propiciavam muitos atractivos alternativos, como era o caso do arquipélago de Cabo Verde. Estabelecendo-se nas ilhas muitas vezes sem a companhia das famílias – nem todas as mulheres acompanhavam os maridos, sobretudo na fase inicial do povoamento –, as escravas terão frequentemente contribuído para a permanência destes homens em territórios inóspitos (Hyam, 1990, p. 157). Após a abolição da escravatura, manteve-se o mesmo quadro de profundas assimetrias socioeconómicas entre os antigos escravos, que conservaram o escasso acesso à terra, e os seus antigos senhores. Estes continuaram a usufruir dos serviços sexuais das antigas escravas, cuja privação total ou quase total de recursos tornava dependentes da protecção dos antigos senhores. Como afirma Arlette Gautier (2003, p. 802), «le concubinage était la véritable institution des rapports sexuels sous le colonialisme». As relações de concubinato – especialmente de concubinato prolongado e com filhos – seriam igualmente uma estratégia sexual desenvolvida pelas mulheres escravas, e depois pelas libertas, para minimizar a sua extrema miséria material (Charles, 1997). Não era, pois, a diversidade de parceiras sexuais que era deplorada (pelo menos pelos homens), mas antes o abandono da residência do núcleo legítimo da família.

De acordo com dois informantes da família, não teria sido o adultério do marido, mas o facto de

ter abandonado a casa da família legítima para passar a residir noutra parte da ilha com uma outra mulher que teria incompatibilizado Leonarda com o marido e a família deste, levando-a ao extremo de deixar expresso que não pretendia ser sepultada no cemitério que se erigira em terras do sogro e junto de parentes do marido. Ora, também esta explicação não parece muito pertinente, desde logo, porque parte do pressuposto errado de que o Cemitério de Baixo fora durante muito tempo privativo dos Sacramento Monteiro. Viu-se que, a tê-lo alguma vez sido, o foi por um curtíssimo espaço de tempo, em meados dos anos 30, ou seja, mais de meio século antes da morte de Leonarda. O facto de, neste cemitério, terem sido sepultados membros de todos os ramos familiares da oligarquia da ilha, inclusivamente do de Leonarda, retira ainda mais força a esta hipótese.

Incomum na época e no meio, a saída definitiva de casa por parte de Tadeu e o seu estabelecimento bem longe da vila, muito anos antes da morte da mulher legítima, abona a hipótese de que algo considerado muito grave teria ocorrido na vida do casal. A hipótese que congrega mais adeptos, especialmente entre os informantes que não pertencem à família, é a do adultério de Leonarda.

A tese do adultério de Leonarda

Entre os idosos de São Filipe, é esta também a explicação mais popular para a campa fora de muros. É, contudo, uma hipótese pouco ventilada pelos informantes da família. Somente três destes responderam ter ouvido em conversas de família alusão a uma deriva adúltera de Leonarda, um adiantando mesmo que lhe fora dito que «caira de amores». Um outro, que recusou liminarmente esta hipótese quando inquirido, veiculá-la-ia, contudo, em privado, de acordo com o testemunho dos filhos. A estes teria confidenciado que

⁷ Estes dados correspondem somente a uma leitura aproximada da composição somática da população. Os elevados índices de mestiçagem, os diferentes critérios de classificação de censo para censo e a falta de formação prévia dos agentes censuários (inicialmente, os presidentes de câmara e comissões municipais, e, só mais tarde, professores ou outros funcionários públicos), não permitem outra leitura. Sobre a importância da actividade censuária na construção das identidades raciais, elas próprias, fazendo «parte de um processo geral de redefinição das identidades sociais e da posição do indivíduo na sociedade» (Sansone, 2002, p. 32), ver, por exemplo, Harris e Slim (2002 *apud* Campbell; Troyer, 2007), Ikertzer e Arel (2002).

Leonarda prevaricara, e que prevaricara social e racialmente, duas dimensões que na Ilha do Fogo se sobrepunham. Teria, pois, um discurso para os de dentro (os filhos), e outro para os de fora, mais condicente com a representação que pretendia transmitir das mulheres da família. Se as relações sexuais pré-maritais e adúlteras eram uma prática comum e tolerada entre os homens da elite sociopolítica da ilha, já a sexualidade feminina era muito controlada, por forma a confiná-la ao casamento. Procurava restringir-se a movimentação das raparigas à rede de convívio branco, a fim de evitar inclinações amorosas com elementos exteriores ao grupo de famílias matrimoniáveis. O casamento homogâmico era fundamental para a preservação do património racial caucásico, que, por sua vez, era um dos suportes da legitimação do poder destas famílias⁸. As estratégias matrimoniais da elite branca do Fogo patenteiam as intersecções entre sexo, género, raça e classe nas sociedades nascidas da expansão europeia da Época Moderna.

À semelhança de outros contextos sociodemográficos e geográficos, mesmo o controle atento da sexualidade das mulheres da elite insular não terá impedido algumas de quebrar o monopólio do leito conjugal ou de encetarem relações sexuais antes do casamento. A confrontação das datas dos casamentos com as dos nascimentos dos filhos revela que as relações sexuais pré-conjugais por parte das mulheres do segmento branco não eram incomuns. Já o adultério feminino é muito mais difícil de constatar. Nem a existência de muitos retratos fotográficos nos arquivos da família ajuda a identificar eventuais ligações adúlteras. As indiscutíveis parecenças físicas entre algum ou alguns dos filhos de algumas mulheres das famílias brancas proeminentes com os primos destas mulheres não permitem inferir paternidades biológicas não coincidentes com as legais. Do facto de os casamentos se fazerem essencialmente entre primos, decorria que os avós (no caso dos primos-irmãos) ou os bisavós (no caso dos primos-segundos) eram os

mesmos. Vislumbrando-se em todos parecenças com todos, as suspeitas de paternidade adúltera eram mais dificilmente corroboradas, ainda que a memória local as possa conservar.

19 informantes (48,72 por cento do total de inquiridos) apresentam o adultério de Leonarda como a razão para o sepultamento fora do cemitério. Destes, somente 3 pertencem à família de Leonarda e Tadeu. Quer estes quer os restantes 16 inquiridos revelaram que ou as suas avós ou as suas mães lhes haviam confidenciado ter sempre ouvido dizer que Leonarda mantivera relações sexuais com um homem não-branco.

Como no decurso das entrevistas o silêncio tem por vezes tanto ou mais valor heurístico do que o dito, parece pertinente mencionar a impressão deixada por uma conversa com uma informante centenária. Tratava-se de alguém que, pela idade e vasto conhecimento do passado da vila, era recorrentemente consultada por jornalistas e investigadores. Demonstrando estar de posse de vasta informação sobre o quotidiano local do último quartel do século XIX e da primeira metade do século XX, quando abordada acerca da campa no exterior do cemitério e a vida da sepultada, declarou nada saber do assunto nem nada ter alguma vez ouvido falar dele. Apesar de morar numa rua de acesso ao cemitério, afirmou desconhecer até a localização da referida campa! Justificou a sua tão súbita e selectiva desmemoriação com a hipertensão arterial, que lhe retirava, dizia, a capacidade de rememorar pessoas e eventos recuados no tempo. Embora o silêncio obstinado desta informante não autorize a inferir que algo a que se atribuiu grande gravidade terá privado Leonarda do enterro no espaço consagrado, deixou, contudo, essa impressão. Os exercícios de rememoração são selectivos, tal como o é o esquecimento, e esta selectividade é particularmente evidente quando se pede a reconstituição da trajectória de determinada pessoa, que se sabe ter-se afastado dos comportamentos padronizados.

Outro informante (da família) revelou desco-

⁸ Também para os não-brancos, «in the process of upward ethnic mobility, women's honour was ultimately of the greatest concern. [...] female honour contributed to affirming or safeguarding the degree of male whitening» (Valiente, 2021, p. 101).

nhecer pormenores, mas ter ouvido «sempre» dizer que se tratara de relações de Leonarda com um homem não-branco. O advérbio sempre tem aqui especial relevância, porquanto se confronta com o discurso da infância desta "invenção", que a maior parte dos inquiridos da família reporta apenas ao pós-independência de Cabo Verde. Uma informante exterior à família afirmou: «Só sei que a própria família não pôs dentro do cemitério, porque ela deu um mau passo, saiu fora do seu reduto». Disse ainda que este «mau passo» se prendera com um caso sentimental, desconhecendo, contudo, mais pormenores. Mal-grado a diversidade das versões – adultério com um escravo, um ex-escravo alforriado, um descendente de escravos, um criado da casa –, identifica-se um fundo comum: Leonarda, mulher do segmento branco de São Filipe, casada com Tadeu, um seu "igual" sócio-racial, ter-se-ia relacionado sexualmente, depois de matrimoniada, com um indivíduo não-branco.

Ora, de acordo com os códigos morais do final do século XIX, que se haveriam de prolongar por muitos decênios mais, nada era sentido como mais danoso da honra de um homem e de uma família do que os desvios aos padrões do comportamento sexual por parte dos membros femininos da família mais próximos – cônjuge, filhas, irmãs ou mãe. Perante uma eventual ligação amorosa extramarital de Leonarda, a família de Tadeu, inicial proprietária do terreno onde o cemitério foi implantado, poderia ter procurado impedir que Leonarda lá fosse sepultada. A estratégia familiar de ocultação do adultério feminino seria muito difícil num meio tão pequeno, onde todo o universo da sexualidade feminina era cerceado por uma apertadíssima vigilância. Assim, o enterramento fora do espaço consagrado aos mortos poderia ter-se inscrito numa estratégia de demarcação ostensiva, por parte das famílias brancas envolvidas, face a práticas carregadas de grande censura social, como o era o adultério feminino, para mais se praticado com "desiguais" raciais. A punição exemplar da "desviada", pela perpetuação *post mortem* da sua exclusão, constituiria a reposição da legitimidade de um sistema de

relações sócio-raciais momentaneamente questionado e eventualmente abalado. Ao mesmo tempo, teria um efeito profundamente dissuasor sobre as mulheres – coetâneas e vindouras – do segmento branco.

Não parece, contudo, provável que os Sacramento Monteiro pudessem decidir acerca desta matéria somente porque a área onde se implantou o cemitério lhes ter em tempos pertencido. Viu-se que, mesmo a ter sido inicialmente um cemitério privativo da família, o foi durante um muito curto período. Depois da legislação de 1835 e sobretudo após a de 1845, era às câmaras municipais que incumbia fazer a gestão dos cemitérios. É verdade que os órgãos do poder concelhio eram inteiramente dominados pelas famílias da elite da vila, às quais tanto Tadeu como Leonarda pertenciam. Contudo, a própria dinâmica gerada pela competição e hostilidades entre os diferentes ramos familiares inviabilizaria que qualquer deles tivesse o poder de escolher quem era ou não enterrado no Cemitério de Baixo e quem era dele excluído. A não ser – hipótese que não pode excluir-se – que todos estivessem de acordo em vedar a Leonarda o sepultamento dentro do recinto consagrado.

Outros factos e argumentos desabonam a versão do adultério, entre eles, o carácter recorrente da atribuição do nome Leonarda à prole dos vários ramos familiares brancos. O carácter de exemplaridade associado aos nomes manifesta-se frequentemente nas práticas nominativas, particularmente entre as famílias melhor posicionadas na hierarquia do prestígio (Cabraal; Viegas, 2007). Não são somente os laços afectivos e as preferências pessoais que orientam as famílias nas suas escolhas nominativas. Porque os nomes também reconstróem percursos que se desejam edificantes, são muitas vezes os nomes dos antepassados que mais se destacaram pelo tipo e quantidade de capitais possuídos, ou pela índole exemplar da sua conduta, que são transmitidos à descendência.

A homonímia também era uma prática das famílias do segmento branco da Ilha do Fogo, tanto em relação à descendência masculina

quanto à feminina. O ramo familiar de origem de Leonarda, o Gomes Barbosa, foi o que registou maior incidência da repetição dos nomes próprios durante toda a segunda metade do século XIX e princípios do XX. Pelo menos dois dos filhos de Leonarda e Tadeu (João e Manuel) transmitiram não apenas o nome paterno aos filhos, como também o materno. Ora, se a mãe, Leonarda, tivesse tido um comportamento muito distante dos padrões morais de então – e o adultério feminino, para mais praticado com um não-branco, inscreve-se seguramente no que então se consideraria um grande desvio – ele desincentivaria certamente a escolha do seu nome próprio para a descendência feminina do grupo de famílias da elite da Vila. Desconheceriam os filhos os rumores de uma eventual conduta sexual menos ortodoxa por parte da mãe? Não parece verosímil, dada a pequenez do meio e as práticas difamatórias das facções familiares em luta pelos principais cargos administrativos, que não excluía a alusão a aspectos relacionados com a conduta sexual das mulheres da facção rival socialmente reprovados. Ou será que, tratando-se da mãe, pretendiam, ao atribuir o seu nome às filhas, retirar crédito a esses rumores e “reabilitar” Leonarda?

Cientes de como a “honra” de uma família girava em grande medida em torno da moral sexual das suas mulheres, não parece que a transmissão recorrente do nome de uma adúltera se inscrevesse nas estratégias simbólicas destas famílias. A não ser que, pela sua gravidade, a ocorrência tenha suscitado uma espécie de pacto de silêncio entre todos os ramos familiares do segmento branco, como se viu, estreitamente aparentados. Afinal, o património rácico secularmente gerido e acumulado pelos principais ramos familiares era um capital de elevado potencial distintivo face à maior parte da população da ilha e, como tal, mobilizado na legitimação das disparidades de poder. A gestação eventual de um misto, no interior do núcleo legítimo de dois dos principais ramos familiares da cidade – os Gomes Barbosa e os Sacramento Monteiro – poderia apresentar-se, pelo menos aos olhos de quem detinha o poder, como factor de vulnerabilização

desse poder perante os dominados.

Considerações finais

As narrativas em torno da localização da campa de uma mulher sepultada junto de um cemitério da Ilha do Fogo no final do século XIX deixam patente todo um discurso em torno da moral sexual e das relações sócio-raciais do passado ainda relativamente próximo da ilha. As conexões entre a geografia da ascendência, a raça, a genealogia familiar e o género enquadravam a gestão diferencial da sexualidade e as práticas matrimoniais do segmento branco (dominante) da ilha. Perante a entropia do património genético europeu, resultante das interações sexuais dos homens brancos com mulheres não-brancas, o casamento endogâmico e o controle da sexualidade feminina assumiam uma forte ponderação no repertório identitário do grupo e na reprodução das hierarquias sócio-raciais. O veemente repúdio manifestado pelos informantes da família, particularmente pelos homens, perante o aventar da hipótese de a sua antepassada ter praticado adultério revela a importância da castidade pré-nupcial e da fidelidade conjugal das mulheres nas dinâmicas raciais no Fogo. Esta importância, que era (é) comum a outras sociedades de cariz patriarcal e numa época em que a sexualidade e a concepção estavam menos articuladas, no Fogo, como noutros contextos coloniais, assumia uma relevância adicional, uma vez que eram as mulheres brancas o garante da continuidade da diferenciação fenotípica, estruturante das relações de poder.

Entre as explicações dos vários informantes para a localização extramuros da campa de Leonarda, avultam duas: a da falta de espaço – veiculada especialmente por informantes pertencentes às famílias da antiga elite – e a do adultério com um homem não-branco – apresentada predominantemente por informantes exteriores à família. Perante os factos e os argumentos que apontam para a lotação do cemitério aquando da morte de Leonarda e face aos que indiciam uma conduta em matéria sexual incomum por parte de uma mulher do segmento branco da ilha – e diante

de outros tantos factos e argumentos que contrariam pelo menos alguns desses indícios, não resta senão esperar por mais suportes empíricos de reforço a estas ou a outras conjecturas. O que se fez foi, a partir (1) dos dados arquivísticos colectados, (2) da observação do espaço físico do cemitério, (3) do levantamento (possível) da distribuição das sepulturas, e (4) dos relatos dos informantes, colocar algumas questões e abrir algumas pistas de reflexão que contribuam não só para esclarecer a implantação fora de muros da sepultura de uma mulher que, pelo nascimento e pelo casamento, se esperaria que ocupasse o espaço mais nobre do cemitério, como para apurar as intersecções entre sexualidade, género e raça na reprodução do estatuto da elite branca da Ilha do Fogo.

Só uma investigação arqueológica sistemática permitirá trazer dados novos acerca da gestão do espaço no Cemitério de Baixo de S. Filipe e datar as fases de construção e alargamento dos muros de vedação. Informará acerca das épocas de sobreocupação e sobre hipotéticas valas comuns nos anos das crises alimentícias, nos quais as taxas de mortalidade eram muito elevadas. Além dos materiais osteológicos, outros – como os metais dos acessórios, crucifixos e outros artefactos pios com que os cadáveres eram por vezes enterrados – fornecerão certamente informações da organização do espaço cemiterial e da reutilização das sepulturas, que poderão dar força a alguma das razões avançadas para a localização da campa ou estabelecer novos nexos causais.

Até ao levantamento arqueológico de toda a área do cemitério e a envolvente, pouco mais se poderá acrescentar a este exercício criativo sobre a sepultada e o marido, assente em dados de arquivo e de fontes orais. O facto de a vida privada, mormente da sexual, pertencer ao domínio do recôndito, remete a explicação da localização da sepultura de Leonarda Júlia Gomes Barbosa, pelo menos por ora, para o terreno das hipóteses. *Requiescat in pace, Leonarda.*

ANDRADE, Agnelo Vieira de. *Cemitério de Baixo de S. Filipe*: levantamento provisório das campas. S. Filipe (Ilha do Fogo, Cabo Verde), 2010. 4 f.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (PORTUGAL). Secretaria de Estado do Ministério do Ultramar, DGU, 1R, 024, cx 114. Ofício do governador-geral de Cabo Verde ao ministro da Marinha e Ultramar, 15 jan. 1880.

ARQUIVO NACIONAL DE CABO VERDE (ANCV). *Registos Paroquiais*. Assentos de óbito da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, cx. 7, pç. 47, fls. 245-24v. Assento de óbito [de] Leonarda Barbosa Monteiro. Assento em: 7 mar. 1893.

ARQUIVO NACIONAL DE CABO VERDE (ANCV); SECRETARIA GERAL DO GOVERNO (SGG). *Livro de Registo das Provisões da Câmara Municipal da Ilha do Fogo*, fls. 30v.-32. Registo de Provisão de Aforamento de Terreno a Francisco José do Sacramento Monteiro. Registo em: 12 maio 1830.

ARQUIVO NACIONAL DE CABO VERDE (ANCV); SECRETARIA GERAL DO GOVERNO (SGG). *Cx. 78*. Ofício da Câmara Municipal do Fogo para o governador de Cabo Verde, 28 aug. 1836.

ARQUIVO NACIONAL DE CABO VERDE (ANCV); SECRETARIA GERAL DO GOVERNO (SGG). *Cx. 141, pç. 8*. Resumo das deliberações da Câmara Municipal do Fogo: sessões de 18 jan. e 18 mar. 1893.

BARBOSA, Gilda. A sepultura fora dos muros. *Terra Nova*, Praia, n. 274, p. 3, ago./set. 1999.

BARCELOS, Cristiano José de Sena. *Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904*. Lisboa: Typographia da Cooperativa Militar, 1904.

BASHI, Vilna. Racial categories matter because racial hierarchies matter: a commentary. *Ethnic and Racial Studies*, Guildford, v. 21, n. 5, p. 959-968, jan. 1998. Disponível em: https://www.academia.edu/35797013/Racial_categories_matter_because_racial_hierarchies_matter_a_commentary. Acesso em: 6 mar. 2009.

BITTERLI, Urs. *Cultures in Conflict: Encounters Between European and Non-European Cultures, 1492-1800*. Cambridge: Polity Press, [1986].

CABRAL, Iva. *A Primeira Elite Colonial Atlântica: Dos "homens honrados brancos" de Santiago à "nobreza da terra" (Finais do séc. xv-início do séc. xvii)*. Praia: Livraria Pedro Cardoso Editora, 2015.

CABRAL, João de Pina; VIEGAS, Susana de Matos. Nomes e ética: uma introdução ao debate. In: CABRAL, João de Pina; VIEGAS, Susana de Matos (org.). *Nomes: Género, Etnicidade e Família*. Coimbra: Edições Almedina, 2007. p. 13-37.

CALDAS, Maria de Lurdes. Entre a mestiçite e a mestiçofobia: velhas e novas formulações da mestiçagem. *Mátria XXI*, Santarém, n. 11, p. 393-422, maio 2022.

CALDAS, Maria de Lurdes. *O sangue não se lava: brancos e não-brancos num arquipélago mestiço*. Praia: Livraria Pedro Cardoso Editora, 2024.

CAMPBELL, Mary; TROYER, Lisa. The Implications of Racial Misclassification by Observers. *American Sociological Review*, Washington, v. 72, n. 5, p. 750-765, out. 2007.

CARREIRA, António. *Cabo Verde – Classes Sociais, Estrutura Familiar, Migrações*. Lisboa: Ulmeiro, 1977.

CARREIRA, António. *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. [S. l.]: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972.

CATROGA, Fernando. Revolução e secularização dos cemitérios em Portugal (Inumistas e Cremacionistas). In: COELHO, António Matias (org.). *Atitudes perante a morte*. Coimbra: Livraria Minerva, 1991. p. 95-173.

CHADDUCK, Andrea. Cemeteries as archives: who says dead men tell no tales? *WWU Graduate School Collection*, Washington, n. 150, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.25710/dmzd-4p98>. Acesso em: 15 Feb. 2022.

CHARLES, Carolle. Sexual politics and the mediation of class, gender and race in power slave plantation societies: the case of Haiti. In: BOND, Georges; GILLIAM, Angela (org.). *Social Construction of the Past: Representation as power*. Londres: Routledge, 1997. p. 44-58.

COELHO, António Matias. Introdução. In: COELHO, António Matias (org.). *Atitudes perante a morte*. Coimbra: Livraria Minerva, 1991. p. 8-11.

CONSELHO DE DISTRITO (Praia/Cabo Verde). Acórdão n. 30, de 26 de abril de 1862. *Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo-Verde*, Praia, n. 10, p. 80, 6 Dec. 1862.

COSTA, A. Relatório anual sobre a Ilha do Fogo. *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo-Verde*, Praia, n. 48, p. 270-271, 30 nov. 1872.

ERIKSEN, Thomas Hylland. Do cultural islands exist? *Social Anthropology*, Cambridge, ano 1, v. 1, n. 1, p. 133-147, fev. 1993. Disponível em: <http://folk.uio.no/geirthe/Culturalislands.html>. Acesso em: 1 mar. 2007.

GAUTIER, Arlette. Femmes et colonialisme. In: FERRO, Marc (org.). *Le livre noir du colonialisme. XVI-XXI siècle: de l'extermination à la repentance*. Paris: Éditions Robert Laffont, 2003. p. 759-811.

HYAM, Ronald. *Empire and sexuality: the British experience*. Manchester: Manchester University Press, 1990.

IKERTZER, David; AREL, Dominique. Census, identity formation and the struggle for political power. In: IKERTZER, David; AREL, Dominique (org.). *Census and Identity: the Politics of Race, Ethnicity, and Language in Natural Censuses*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 1-42.

KAUFMANN, Jean-Claude. *L'entretien compréhensif*. Paris: Éditions Nathan, 1996.

KVALE, Steiner. *InterViews: An Introduction to Qualitative Research Interviewing*. Londres: Sage Publications, 1996.

LAPLANTINE, François; NOUSS, Alexis. *Le métissage: un exposé pour comprendre, un essai pour réfléchir*. Paris: Flammarion, 1997.

LEÃO, João Fernandes da Silva. Relatório do cirurgião-mór da província de Cabo Verde sobre a cholera-morbus na Ilha do Fogo em 1855. *Annaes do Conselho Ultramarino*, Praia, parte não oficial, série 1, p. 358-385, 15 jan. 1856. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

MARTINS, J. A Ilha do Fogo e as suas epidemias 1887-1888 e 1888-1889. *Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo-Verde*, Praia, n. 14, 6 abr. 1889, p. 75-78; n. 15, p. 82, 13 abr. 1889.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR (Portugal). *Anuario Estatístico dos Dominios Ultramarinos Portugueses: 1899 e 1900*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905.

OLIVEIRA, Bernardo José de. Relatório do serviço de saúde da província de Cabo Verde, relativo ao ano de 1880. In: MINISTÉRIO DA MARINHA E ULTRAMAR (Portugal). *Estatística medica dos hospitaes das provincias ultramarinas com referencia ao anno de 1880 e diferentes mappas geraes para o estudo do clima e das doencas das mesmas provincias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883.

RIBEIRO, Orlando. *A Ilha do Fogo e as suas erupções*. 2. ed. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1960.

SANSONE, Lívio. Um Campo Saturado de tensões: o estudo das relações raciais e das culturas negras no Brasil. *Estudos afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 514, 2002.

SANTOS, Maria Emilia Madeira *et al.* Cabo Verde: uma experiência colonial acelerada (séculos XVI –XVII). *Africana*, Porto, n. 6, p. 49-78, 2001.

SILVA, António Leão Correia e. *Noite escravocrata, madrugada camponesa: Cabo Verde séc. xv-xviii*. Lisboa: Rosa de Porcelana Editora, 2021.

SILVEIRA, Onésimo. *A Democracia em Cabo Verde*. Lisboa: Edições Colibri, 2005.

VALIENTE, Adolfo T. Entre el honor y la injuria: la mujer en Lima, 1750-1800. *Revista del Archivo General de la Nación*, Lima, n. 36, p. 99-120, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.37840/ragn.v36i1.122>. Acesso em: 3 out 2024.

Maria de Lurdes Caldas

Doutorada em Ciências Sociais, mestre em Estudos Africanos, licenciada em História. Investigadora integrada do CHAM – Centro de Humanidades (Universidade NOVA de Lisboa). Campos de interesse e investigação: história social e política portuguesa contemporânea e história colonial e pós-colonial. Distinguida pela Academia Portuguesa da História com o “Prémio Fundação Calouste Gulbenkian – História da Presença de Portugal no Mundo” (2019) e o “Prémio CTT – D. Manuel I” (2023).

Endereço para correspondência

MARIA DE LURDES CALDAS

CHAM – Centro de Humanidades

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade Nova de Lisboa

Avenida de Berna, 26-C 1069-061

Lisboa, Portugal

*Os textos deste artigo foram normatizados por Araceli
Pimentel Godinho e submetidos para validação dos
autores antes da publicação.*